



## Quem se comunica melhor com a sociedade, segundo os jornalistas

Notas da comunicação	
As assessorias do Judiciário na avaliação dos jornalistas (de 0 a 10)	

OAB	9,2
STF	8,6
TSE	8,1
PGR	7,9
CNJ	7,0
STJ	5,9
TST	5,2
CNMP	4,0

A OAB e o STF são os órgãos do mundo da justiça que melhor se

comunicam com a imprensa — seguidos de perto pelo TSE e pela PGR. Essa é a conclusão de levantamento feito junto a alguns dos mais respeitados jornalistas especializados para medir a percepção de eficiência das assessorias dos órgãos e instituições do Judiciário, da Advocacia e do MP situados em Brasília.

Em sintonia com as novas tecnologias de comunicação, os principais tribunais do país criaram estruturas jornalísticas próprias. Os sites tornaram-se veículos de comunicação autônomos e oficiais. A sessão de links da [Consultor Jurídico](#) lista 230 sites de órgãos da Justiça e do Direito no país. Aparecem na lista 88 tribunais e também os domínios do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia pública e privada.

Além de oferecer serviços essenciais, como o acompanhamento processual online dos tribunais, a maioria dos sites disponibiliza informações jornalísticas sobre as atividades do órgão. Em graus diferentes de visibilidade é o mais ousado passo em direção à transparência do sistema de Justiça do país. Para os jornalistas especializados, a melhora e ampliação da cobertura do Judiciário está relacionada a esse fenômeno: “A situação melhorou para as assessorias que sabem trabalhar com esses mecanismos e para os jornalistas que souberam se adaptar a essa nova realidade. Antes, sem os sites, a informação era restrita aos jornais. Agora, os jornalistas têm que buscar mais contextualização, mais informação nova. Então, a tendência é melhorar para o leitor, pois os jornais devem buscar algo diferente do que está no site do tribunal”, diz o correspondente em Brasília de um jornal de São Paulo.

Outro correspondente, este de um jornal do Rio de Janeiro, concorda que houve melhora no nível de informação, mas lamenta exageros por parte das assessorias, que segundo ele, querem concorrer com a imprensa privada. “Isso tirou o aspecto mais formal que devem ter as assessorias, que visam agora, diretamente, aos navegadores da rede, e não aos jornalistas, prioritariamente.” Para ele, as assessorias dos tribunais em Brasília continuam acessíveis, “mas estão mais preocupadas em comemorar o número de consultas aos seus sites”.

Um jornalista que faz a cobertura dos tribunais para um jornal de Brasília também reclama do que ele



---

considera exageros, como o uso do Twitter pelas assessorias, ferramenta que permite aos jornalistas na redação saber das novidades antes mesmo que os repórteres no tribunal.

### **Sem intermediários**

O que aos jornalistas judiciários parecem exageros talvez seja virtude da nova era do Judiciário brasileiro. Tido como uma instituição tradicionalmente fechada e distante da sociedade, a Justiça encontrou nas novas mídias a abertura e o canal para entrar na casa dos cidadãos sem intermediários. As assessorias de imprensa dos tribunais, que antes tinham o papel de assessorar a imprensa, agora têm a possibilidade de levar informação à sociedade.

O melhor e mais bem sucedido exemplo da comunicação sem intermediários da Justiça é a TV Justiça, criada pelo Supremo Tribunal Federal em 2002, na gestão do ministro Marco Aurélio como presidente da corte. Conhecida e valorizada pelas transmissões ao vivo das sessões plenárias do STF, a TV Justiça produz uma extensa linha de programas sobre a Justiça e o Direito.

Mas a jóia da coroa são mesmo as transmissões das sessões do STF: “É uma oportunidade para todos (estudantes, advogados, público leigo) terem acesso aos julgamentos. Acredito que esse tipo de transmissão deveria ser estendido para outros tribunais”, diz um dos jornalistas ouvidos pela **ConJur**.

O empenho pedagógico do canal da Justiça também é reconhecido por quem vive no meio. “A TV Justiça educa para a Justiça”, diz um jornalista com trânsito livre nos corredores dos tribunais em Brasília. “Casos de grande repercussão em que a imprensa costuma se perder no sensacionalismo são tratados na TV Justiça com rigor técnico e conhecimento jurídico que fazem toda a diferença.”

Cita como exemplo o *Via Legal*, uma espécie de *Globo Repórter* jurídico que analisa do ponto de vista jurídico casos que são tratados de maneira sensacionalista pela grande imprensa. O próximo caso a ser dissecado sob o ponto de vista do Direito no programa é o do homem condenado por abuso sexual que foi beneficiado pela progressão de regime e matou seis jovens em Luziânia (GO).

### **Cobertura de futebol**

Para o bem da verdade, nem mesmo o sucesso de crítica da TV Justiça goza de unanimidade. “A cobertura ao vivo pela TV Justiça, que transmite até a chegada dos ministros para as sessões plenárias é de um ridículo atroz. Parece cobertura de jogo de futebol. Só faltam os melhores momentos”, diz um setorista dos tribunais de Brasília. Uma imprecisão a corrigir: a chegada dos ministros não é gravada pela TVJ.

Com as novas mídias, os setores de comunicação dos tribunais têm a possibilidade de oferecer dois tipos de serviços à sociedade. O primeiro e mais tradicional, é o de facilitar o acesso dos jornalistas às informações e às fontes de informações dos tribunais. Neste caso, atuam como intermediários das notícias e seu papel não é menos importante, pois deles depende em grande parte o exercício do direito de informação da sociedade.

### **Homens da comunicação**

Dois profissionais da comunicação se destacam. Um é o secretário de comunicação do Supremo Tribunal Federal, **Renato Parente**, responsável por toda a estrutura de comunicação da corte. Ele



---

comanda um exército de mais de 200 pessoas e um orçamento anual que gira em torno de R\$ 30 milhões. Mas Parente ficou conhecido também por ser, nos últimos dois anos, o elo que liga o presidente do Supremo, ministro Gilmar Mendes, aos jornalistas em primeiro lugar e à sociedade em geral. Os jornalistas – não importa a tendência ou preferência ideológica, partidária ou jurídica – são unânimes em reconhecer o zelo do secretário de comunicação em atender às demandas da mídia. Parente gerenciou o serviço de imprensa do STF em três gestões e o do TSE em uma.

O outro é o assessor de imprensa do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, **Irineu Tamanini**. A sua equipe se resume a três pessoas: ele mesmo e dois assessores. Graças a seu poder de articulação e a seus bons contatos na imprensa em geral, Tamanini tem sido a garantia de visibilidade para os presidentes nacionais da OAB nos últimos anos, independentemente da coloração e do acerto das bandeiras que estes insistem em agitar. Antes da OAB, Tamanini passou pelo STF, STJ e TSE. É um pioneiro.

Uma enquete promovida pela **ConJur** entre jornalistas que cobrem a área jurídica elegeu as assessorias comandadas por Tamanini e por Parente como as mais bem cotadas do setor. Também receberam boas notas na avaliação dos jornalistas, as assessorias de comunicação do Tribunal Superior Eleitoral, comandada pela jornalista **Silvana de Freitas**, e da Procuradoria-Geral da República, que tem à frente a jornalista **Giselly Siqueira**. É preciso levar em conta os diferentes tamanhos das assessorias e que enquanto algumas se dedicam apenas a pautar a imprensa, outras produzem informação também para seus destinatários finais.

Mas o homem da comunicação no Judiciário dos últimos anos, foi sem dúvida o presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Gilmar Mendes. Os jornalistas entendem que o empenho de Mendes em dar transparência aos atos do STF acabou por contaminar as bases da Justiça e fez com que os juízes e desembargadores começassem a deixar as torres de isolamento em que tradicionalmente ficaram encapsulados.

O esforço teve um preço. Gilmar Mendes foi duramente criticado, até por colegas de corte, pela excessiva exposição. “Eu sei que o juiz só deve falar nos autos. Mas o presidente do Supremo não é um juiz qualquer. Ele não está falando sobre caso concreto, ele está passando uma orientação para todos os juízes. Muitas vezes, ele está falando sobre a Constituição. Prefiro falar antecipadamente e advertir quando há possíveis excessos do que ficar calado e ser responsabilizado por omissão”, afirmou Mendes, em uma de suas últimas manifestações como presidente do Supremo.

#### **Date Created**

17/04/2010